

Política.



“Estou convicto de seu comprometimento com os mais altos valores éticos”.

AROLDO CEDRAZ
NOVO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), ONTEM, SOBRE A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DA VERDADE RELATÓRIO CULPA 377 POR CRIMES DA DITADURA

Documento traz conclusões sobre torturas e mortes durante regime

JORGE WILLIAM/AG

CAPIXABAS DESAPARECIDOS



José Maurílio Patrício nasceu em 1944, em Santa Teresa. Desapareceu em 1974, na Região do Saranzal, Brejo Grande do Araguaia (PA).



Orlando Bonfim Júnior nasceu em Santa Teresa, em 1915. Era jornalista e advogado. Filiado ao PCB. Desapareceu em 1975, no Rio de Janeiro (RJ).



João Barcellos Martins nasceu no Rio de Janeiro, mas foi prefeito por três vezes, em Muniz Freire. Era do PSB. Desapareceu em 1964, em Niterói (RJ).

BRASÍLIA

Dividido em três volumes e com 4.328 páginas, o relatório final da Comissão da Verdade entregue, ontem, à presidente Dilma Rousseff aponta uma lista com nomes de pessoas que, a serviço do Estado, são responsáveis diretos e indiretos por casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, focalizando principalmente o período da ditadura militar, entre 1964 e 1988. Dos 377 listados, cerca de 200 ainda estão vivos.

O trabalho do grupo incluiu dentre os culpados pelas mortes, torturas, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres e prisões arbitrárias os cinco generais que presidiram o país durante o regime, ministros, além de outros militares e policiais diretamente envolvidos na repressão política.

O documento traz ainda uma lista de mortos e desaparecidos, com os nomes de 434 pessoas, das quais 210 continuam desaparecidas. É a mais extensa já produzida por organismos oficiais. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos havia listado até agora 362 vítimas.

RECOMENDAÇÃO

Em suas conclusões, a comissão recomenda ao Estado brasileiro que as pessoas apontadas sejam responsabilizadas juridicamente. O texto afirma que elas não podem ser beneficiadas pela Lei da Anistia.

A recomendação – a



Discurso emocionado

A presidente Dilma Rousseff, que foi perseguida e torturada durante a ditadura militar, chorou ao receber relatório da CNV e foi bastante aplaudida.

“A verdade não significa revanchismo. Não deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber”

—
DILMA ROUSSEFF PRESIDENTE DA REPÚBLICA

única que não teve a unanimidade dos votos dos comissionados, numa lista de 29 – afirma que o Brasil deveria se sujeitar à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que em 2010 responsabilizou o país pelo desapare-

cimento de participantes da Guerrilha do Araguaia, na década de 1970.

“As disposições da Lei de Anistia de 1979 são manifestamente incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, carecem de efeitos jurídicos

e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação de graves violações de direitos humanos, nem para a identificação e punição dos responsáveis”, diz o texto. Foi uma forma indireta de propor a revisão da lei. (Com agências)

CAPIXABAS DESAPARECIDOS



Lincoln Bicalho Roque nasceu em São José do Calçado. Sociólogo e professor, era do PCdoB. Desapareceu em 1973, no Rio de Janeiro (RJ).



Nascido em 1951, o capixaba **João Gualberto Calatrone** era do PCdoB. Ele desapareceu em 1973 no Pará.



Arildo Valadão nasceu no distrito de Itaici, em Muniz Freire. Era do PCdoB. Desapareceu em 1973, Grota do Pau Preto, Xambioá (TO).

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

DESTRUIÇÃO DE ARQUIVOS DIFICULTOU O TRABALHO

Comissão reclama da falta de documentos das Forças Armadas

BRASÍLIA

Opresidente da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, considerou que a destruição de arquivos secretos referentes ao período da ditadura foi uma das principais dificuldades encontradas ao longo das investigações realizadas pelo colegiado. O relatório final, apresentado ontem, foi elaborado pela comissão nos últimos 2 anos e 7 meses.

Segundo ele, a informação de que há arquivos das Forças Armadas que foram destruídos, principalmente no Centro de Informações do Exército, foi um obstáculo para a comissão. A falta de acesso a documentos “extremamente reveladores do que foram essas graves violações” prejudicou a busca de corpos de militantes de esquerda desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

“Há 70 pessoas que desapareceram no contexto de uma ação militar. Como eles desapareceram? Houve uma operação militar, com enfrentamento com os guerrilheiros que foram detidos e desapareceram? Quem é que tem a informação de onde estão os corpos? As Forças Armadas.”

CONSEQUÊNCIAS

Questionado sobre as possíveis consequências das conclusões do relatório, Dallari afirmou que não competia à Comissão determinar possíveis penalizações de pessoas envolvidas em algum tipo de violação dos direitos humanos. (AE)

“A comissão concluiu que deve haver responsabilização criminal, civil e administrativa”

PEDRO DALLARI
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

DITADURA DESVENDADA

As conclusões da Comissão da Verdade

Um golpe de Estado, em 1964, estabeleceu o período da ditadura militar no Brasil, que perdurou até 1985

Em 2012, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), formada por consultores, assessores e colaboradores voluntários, para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período militar



Ao final dos trabalhos, o resultado está em um livro de 3 volumes, com 18 capítulos e 2 mil páginas

No relatório final, apresentado ontem, a CNV recomenda a adoção de 29 medidas com o intuito de “prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito”

A comissão lista **434** vítimas da ditadura, entre mortos e desaparecidos

Vladimir Herzog



Estudante Edson Luis

210 estão desaparecidos até hoje



Rubens Paiva

Foram **377** agentes repressores

Entre eles, cinco presidentes: Foram enquadrados numa das três listas elaboradas pela CNV apontando os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos



Humberto Castello Branco (1964-1967)



Arthur da Costa e Silva (1967-1969)



Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)



Ernesto Geisel (1974-1979)



João Figueiredo (1979-1985)

A Comissão colheu **1.121** depoimentos



Ouviru coronéis, generais e outros militares que atuaram na ditadura. Um deles foi Cláudio Guerra, que foi investigador da Polícia Civil do Espírito Santo, ligado ao Esquadrão da Morte, e que atuou em operações com agentes da repressão no Rio de Janeiro



Outro que falou à comissão foi o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna do segundo exército em São Paulo entre 1970 e 1974

Relatório cita 30 tipos de tortura

Pelo menos trinta formas de tortura foram registradas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. A lista inclui violências já conhecidas, como a aplicação de choques elétricos e palmatórias, cadeira do dragão (assento que dava choque), “pau de arara”, afogamento, telefone (tapas nos dois ouvidos ao mesmo tempo), sufocamento e espancamentos. Muitas vezes eram combinados vários deles.

Há ainda formas de tortura menos conhecidas. Os militares lançaram mão de animais vivos para aterrorizar suas vítimas. Cachorros, cobras, ratos, jacarés e baratas eram lançados contra os torturados, ou até mesmo colocados dentro de seus corpos.

Outro objeto de tortura citado é chamado de coroa de cristo. Consistia em um fita de aço colocada ao redor do crânio e apertada por uma tarraxa. O instrumento, apertado em excesso, teria provocado a morte da famosa militante Lara Iavelberg por esmagamento do crânio. (AG)

Estado é culpado por suicídios

A Comissão Nacional da Verdade dá um passo à frente ao responsabilizar o Estado por oito suicídios cometidos por ex-presos políticos. Alguns se mataram no exílio, outros no período democrático. Na interpretação dos comissionados, as mortes foram provocadas pelas torturas e violências sofridas na época da ditadura.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

DEPUTADO COLABOROU COM REGIME

Camilo Cola está na lista de financiadores da ditadura

▄ VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

Dono de um império financeiro sediado em Cachoeiro de Itapemirim, o deputado federal Camilo Cola (PMDB) é citado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como um dos empresários que financiaram a repressão praticada pelos agentes da ditadura militar, entre 1964 e 1985.

Camilo é citado na página 323 do Volume II do relatório, no texto temático que versa sobre a relação da sociedade civil – particularmente, da classe empresarial – com o regime militar, intitulado “Civis que colaboraram com a ditadura”.

O proprietário da Viação Itapemirim é apontado, nominalmente, como um “grande contribuinte”. Segundo a CNV, ele não só colaborou com recursos financeiros como cumpriu “a tarefa de arrecadar recursos

em outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins”. Adiante, os relatores afirmam que “favores estatais para a viabilização de negócios foram concedidos aos mais ativos financiadores da estrutura da repressão”.

Em sua declaração de bens ao TSE na última eleição, Camilo, que não se reelegeu, divulgou patrimônio de R\$ 27,5 milhões.

O deputado e empresário foi insistentemente procurado pela reportagem, mas a assessoria de Camilo não deu qualquer retorno até o fechamento desta edição.

GUERRA

Muito mais do que um colaborador, o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo Cláudio Antônio Guerra é um dos 377 citados na inédita relação elaborada pela CNV, com os nomes dos agentes do Estado direta ou indiretamente responsáveis

pela violação dos direitos humanos nos anos de ditadura. Hoje com 74 anos, Guerra é acusado como um dos autores diretos dos crimes imputados ao grupo.

Em julho de 2014, Guerra deu um dos 1.121 depoimentos colhidos pela CNV, e suas declarações foram fartamente usadas no relatório. Ele confessa, por exemplo, participação em execuções, ocultação de cadáveres e no atentado do Riocentro, além de admitir que a estilista Zuzu Angel foi assassinada.

RECOMENDAÇÃO

Seguindo-se uma das recomendações da CNV, o ex-delegado pode vir a ser judicialmente processado, responsabilizado e punido, em caso de revisão da Lei da Anistia e conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Guerra não foi localizado ontem pela reportagem.

VITÓRIA



“É uma vitória da luta pela liberdade e o desmascaramento da hipocrisia que reinava em torno desse assunto. A comissão restituiu a verdade histórica”

IRAN CAETANO
MILITANTE DO PCDOB E
EX-PERSEGUIDO POLÍTICO

JUSTIÇA



“É justo que eles sejam penalizados pelos crimes bárbaros que cometeram na ditadura. O Estado deve mesmo ser responsabilizado pelo arbítrio”

LAURA COUTINHO
EX-MILITANTE DO PCDOB E
EX-PERSEGUIDA POLÍTICA

PROVAS



“Depois desse relatório, ninguém vai poder continuar negando a existência de repressão política e tortura no Espírito Santo durante o regime militar”

PEDRO ERNESTO
COORDENADOR DA
CV DA UFES



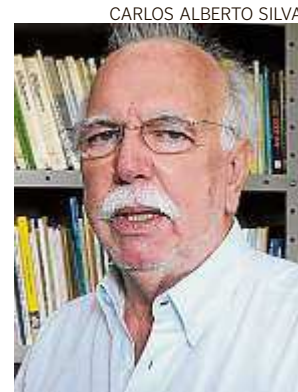
Relatório da CNV aponta Camilo Cola como um “grande contribuinte” da repressão

ARQUIVO

Irmão de desaparecido político, Valadão critica atitude dos militares

▄ Outra notória figura política de Cachoeiro de Itapemirim, o ex-prefeito Roberto Valadão (PMDB) também foi afetado diretamente pelo relatório final da CNV, mas por motivo bem distinto ao de Camilo: o seu irmão caçula, Arildo Valadão, é um dos capixabas citados entre os 434 mortos e desaparecidos políticos por ação das forças repressivas.

Nascido em 1948, dez anos após Roberto Valadão, Arildo foi estudar Física na UFRJ, após completar o 2º grau em Cachoeiro. No Rio, já com a ditadura em vigor, ingressou no movimento estudantil e, logo, no PC-DoB. Juntamente com a mulher, Áurea, tomou parte na Guerrilha do Araguaia e



Valadão quer que restos mortais sejam localizados

foi assassinado em novembro de 1973. Até hoje, o desaparecimento do corpo e a impossibilidade de velar o irmão afligem Roberto Valadão, que, em 1993, como deputado federal, foi relator de uma Comissão Externa

criada para levantar informações sobre as vítimas do regime de exceção.

“Encontramos um mundo de informações sobre as vítimas, mas não essa informação fundamental, que é o paradeiro dos corpos. Isso é doloroso para qualquer brasileiro. No meu caso, era um irmão de sangue, com quem eu tinha grande afinidade. Mas são todos irmãos nossos, pessoas por quem tínhamos admiração.”

Para Valadão, falta colaboração por parte dos chefes das Forças Armadas. “Nunca divulgaram as informações. Mas há uma responsabilidade de todo o sistema repressivo da época em esclarecer e ajudar as famílias. Por que não falar?”

DESAFIO



“É o resgate de uma história que ficou ocultada durante tantos anos. Agora, fica o desafio de implementar as diversas propostas feitas pela CNV”

CLAUDIO VEREZA (PT)
RELATOR DA CV DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Clube Militar: “Relatório é desperdício de dinheiro”

▄ Irritados com o relatório divulgado ontem pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), membros do Clube Militar, formado por oficiais da reserva de perfil conservador, classificaram como “inócuas” e “facciosas” as conclusões da CNV.

Sobre a proposta de revogação da Lei da Anistia para torturadores, o general da reserva Sérgio Castro, primeiro vice-presidente do Clube, afirmou não ser uma reivindicação que possa “ser levada a sério”. Ele disse ainda que as violações de direi-

tos humanos cometidas pelo estado brasileiro durante a ditadura foram provocadas pelo que chamou de “terroristas”: “Os dois lados tinham posições opostas e o estado, provocado pelo terrorismo, teve que se contrapor a essas ações”.

Sobre a forte resistência das Forças Armadas em abrir seus arquivos para pesquisa pública, o general afirma que os documentos sobre torturados e desaparecidos políticos já foram destruídos por uma questão de espaço físico nos arquivos.